



AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL POTIGUARES

Marília Gomes Teixeira

mariliabgt@hotmail.com;

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Botânica, Zoologia e Ecologia, Natal, RN.

INTRODUÇÃO

A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Art. 15, Lei nº 9.985/00). No entanto, nem sempre é possível fazer uso dos recursos locais de forma sustentável. A pouca restrição e o baixo comprimento de normas quanto ao uso e ocupação do solo das APAs, que são constituídas tanto por terras públicas quanto privadas (Côrte, 1997) pode levar a uma série de impactos ambientais nessas UCs, como é observado nos trabalhos de Becegato & Suguio (2007) e Silvestre *et al.* (2009). O Rio Grande do Norte possui hoje nove UCs sob gestão Estadual do IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte) destas quatro são Áreas de Proteção Ambiental que abrangem ecossistemas singulares de Mata Atlântica, Dunas, Manguezal e Recifes de Corais que foram criadas ao longo da década de 90 como a APA Piquiri-Una, Jenipabu e Bomfim-Guaraíra e em 2001, APA de Recife de Corais. Atualmente o IDEMA tem alocado recursos financeiros e humanos para realização de estudos técnicos para criação de novas Unidades de Conservação, entre elas a Área de Proteção Ambiental Dunas do Rosado e a Área de Proteção Ambiental das Carnaúbas. No entanto é necessário conhecer o quanto a categoria APA tem sido efetiva em alcançar seus objetivos de preservação e promoção do desenvolvimento sustentável no estado, tendo em vista que novas APAs estão em processo de criação.

OBJETIVOS

Diagnosticar o atual estado de gestão das APAs do RN a fim de identificar as potencialidades e dificuldades de gerir essas áreas.

MATERIAL E MÉTODOS

A coleta de informações para a realização desta pesquisa foi feita por meio do levantamento bibliográfico a cerca das APAs, avaliação dos seus decretos e plano de manejo (quando existentes), conversa informal com os gestores das UCs e por meio do aproveitamento dos dados coletados com a aplicação do questionário RAPPAM (Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management) aplicado aos gestores, método utilizado pela autora para a realização do seu trabalho de conclusão de curso.

RESULTADOS

As principais pressões e ameaças que comprometem a preservação das APAs são: O cultivo de Cana de açúcar na APA Piquiri-Una e Bomfim-Guaraíra, a pesca predatória e a atividade turística desordenada na APA de Recifes de Corais, a especulação imobiliária e o tráfico de animais na APA de Jenipabu e a Carcinicultura na APA Bomfim-

Guaraíra. Tanto a APA de Recifes de Corais quanto a APA de Jenipabu apresentam Plano de manejo recém criados, enquanto que na APA Bonfim-Guaraíra e Piquiri-Uma este documento está em fase de criação. Todas as UCs avaliadas apresentaram conselho gestor efetivo e infraestrutura adequada com o Ecoposto, exceto a APA Piquiri-Uma. Nas UCs não há funcionários suficientes para realização das atividades de manejo, pesquisa e fiscalização e o montante de recursos financeiros disponíveis para gestão de cada UC são desconhecido pelos gestores.

DISCUSSÃO

As atividades impactantes que exercem pressões e ameaças nas UCs avaliadas estão relacionadas principalmente a conversão do uso e ocupação do solo do interior e da área do entorno da APA. Esta é uma situação também presente na APA Tambaba, como relatam Santos *et al.* (2011). De acordo com estes autores a deficiência nas atividades de manejo das áreas de preservação ocasionadas pela falta de meios e materiais são os principais fatores que possibilitam que atividades impactantes de uso e ocupação do solo ainda ocorram nessas regiões. Em adição, a falta de recursos humanos também é um fator limitante para a efetividade de gestão das UCs, como relatado neste trabalho. Esta é uma situação observada nos trabalhos realizados pela WWF-Brasil e ICMBio para avaliar as UCs federais do Brasil (WWF-BRASIL & ICMBIO, 2012) independente da categoria do grupo de manejo e categoria de UC. Todavia a existência de conselhos gestores efetivos e de uma infraestrutura adequada são elementos essenciais na gestão de UCs. Medeiros & Silva (2011) afirmam que a participação da população na gestão da APA é uma das maiores potencialidades para se assegurar a manutenção do equilíbrio ambiental da área e a elevação da qualidade de vida local.

CONCLUSÃO

As APAs do estado encontram dificuldades de gestão comum as demais UCs do país, todavia as potencialidades de gestão atuais tem otimizado o gerenciamento dessas áreas protegidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECEGATO, J. L.; SUGUIO, K. Impacto Ambiental antrópico na APA (Área de Proteção Ambiental) da ilha comprida (SP): da pré-história à atualidade. Revista UnG- Geociências. v 6.nº 1. p.107- 117, 2007. BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.

CÔRTE, D. A. A. Planejamento e gestão de APAs: enfoque institucional –Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 2011.

SANTOS, M. L. F.; SOUSA, L. H. G.; NETO, C. F. S. Análise do uso e ocupação do solo da Área de Proteção Ambiental Tambaba – Litoral Sul da Paraíba. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, XV. Curitiba, Anais...Curitiba: SBSR, 2011.

SILVESTRE, L. C. FARIAS, D. L. S.; LOURENÇO, J. D. S.; BARROS, S. C. A.; BRAGA, N. M. P. Diagnóstico dos impactos ambientais advindo de atividades antrópicas na APA da Barra do Rio Mamanguape. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.7, nº.12, 11p, 2011.

WWF-BRASIL; ICMBIO. Efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil: resultados de 2010. Brasília. DF. 2012. 67p.